

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, 25, Centro, Município de Braço do Trombudo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nildo Melmestet, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00003952-6, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

CONSIDERANDO que o art. 225, § 3º, da Constituição Federal dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais, dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos, bem como do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 90, VI, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019;

CONSIDERANDO que o art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) legitima o Ministério Público a ajuizar a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, aí incluído o meio ambiente, com vista à sua preservação para as presentes e as futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central

1981, "[...] com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental" (art. 1º), com o objetivo de promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (art. 2º);

CONSIDERANDO que de acordo com a Resolução n. 335/03 do CONAMA e a Instrução Normativa n. 52 do IMA todos os cemitérios deverão ser submetidos ao processo de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO que após as diligências realizadas nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00003952-6 verificou-se que o cemitério do Município de Braço do Trombudo não possui licença ambiental para funcionamento;

CONSIDERANDO, desse modo, a necessidade de se buscar a regularização da atividade;

RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas.

1. DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO se compromete a providenciar/regularizar o licenciamento ambiental do cemitério municipal **no prazo máximo de 12 (doze) meses**, a contar da assinatura do presente, dentro do qual

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central

deverá providenciar o protocolo de requerimento da(s) licença(s) competente(s) junto ao órgão ambiental, juntamente com os documentos e esclarecimentos que forem exigidos, até final emissão da(s) licença(s);

Parágrafo Primeiro: Caso o órgão ambiental exija adequações do pedido de licenciamento, o COMPROMISSÁRIO deverá providenciá-las no(s) prazo(s) dado(s) pelo órgão ambiental;

Parágrafo Segundo: Caso já exista procedimento em trâmite junto ao órgão ambiental para fins de regularização da(s) licença(s) competente(s), o COMPROMISSÁRIO terá o prazo máximo fixado no *caput* da presente CLÁUSULA PRIMEIRA para encaminhar os documentos e esclarecimentos exigidos pelo órgão ambiental, até final emissão da(s) licença(s);

Parágrafo Terceiro: Havendo inércia ou atraso por parte e culpa exclusiva do órgão ambiental, o prazo previsto no *caput* da presente CLÁUSULA PRIMEIRA poderá ser revisto, mediante comprovação de tais fatos pelo COMPROMISSÁRIO;

2. DO DESCUMPRIMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA: Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), o **COMPROMISSÁRIO** fica obrigado ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada obrigação descumprida, revertendo tal valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência n. 3582-3, Conta Corrente n. 63.000-4).

Parágrafo Primeiro: Pelo descumprimento do ora pactuado responderão, ainda, solidária e pessoalmente o(s) agente(s) público(s) responsável(is) direto(s) que ora subscrevem pelo inadimplemento das obrigações ora pactuadas, equivalente a 10 (dez) vezes o valor de sua remuneração mensal.

Parágrafo Segundo: O descumprimento das obrigações acima assumidas no prazo estabelecido sujeitará, pessoalmente, o(a) Prefeito(a) Municipal ao pagamento de uma multa de 10 (dez) vezes o valor de sua remuneração mensal,

valendo a presente convenção como título executivo extrajudicial, nos termos do disposto no art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/85, combinado com o art. 784, IV do CPC.

Parágrafo Terceiro: Quaisquer das multas estipuladas nesta cláusula serão revertidas ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados, cujo valor deverá ser pago em espécie mediante Guia de Depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA: Além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA: O Ministério Público poderá a qualquer tempo solicitar vistorias e diligências aos órgãos ambientais competentes para a certificação e a fiscalização do cumprimento das cláusulas firmadas no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA QUINTA: O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo em desfavor do Compromissário, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

CLÁUSULA SEXTA: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, de monitoramento e de fiscalização por qualquer órgão público nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA OITAVA: As partes acordam que os Autos do Inquérito Civil SIG n. 06.2019.00003952-6 têm validade em Juízo, em caso de eventual ajuizamento de demanda judicial pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Assim, justos e acertados, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor, que será anexado ao Inquérito Civil de Autos n. 06.2019.00003952-6.

4. DO ARQUIVAMENTO

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público promove o arquivamento do Inquérito Civil de Autos SIG n. 06.2019.00003952-6, o que comunica, neste ato, ao Compromissário, salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do e. Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo art. 50 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Trombudo Central, 03 de maio de 2021.

[assinado digitalmente]

JOSÉ GERALDO ROSSI DA SILVA
CECCHINI
Promotor de Justiça

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO
TROMBUDO
Compromissário